

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

ASPECTOS GERAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS	25
1. Introdução aos direitos humanos.....	25
2. Conceito e conteúdo dos direitos humanos	26
2.1. Conceito tradicional e concepções contemporâneas	26
2.2. Conteúdo dos direitos humanos e o “direito a ter direitos” de Hannah Arendt.....	28
2.3. Terminologia.....	30
3. Dignidade da pessoa humana.....	33
3.1. Previsão Normativa.....	33
3.2. Da dignidade da espécie até a dignidade da pessoa humana.....	34
3.3. Funções da dignidade da pessoa humana	36
3.4. Conteúdo da dignidade da pessoa humana	37
4. Especificidades dos direitos humanos.....	38
4.1. Centralidade dos direitos humanos.....	38
4.2. Função contramajoritária	39
4.3. Superioridade normativa.....	41
4.3.1. Obrigações <i>erga omnes</i> , normas de <i>jus cogens</i> e casos de <i>soft law</i>	41
4.3.2. Proibição do uso ilegítimo da força, agressão e da guerra de conquista	43
4.3.3. Princípio da autodeterminação dos povos	43
4.3.4. Normas cogentes de direitos humanos.....	44
4.4. Abertura dos direitos humanos	45
4.5. Proibição de retrocesso	46
5. Estrutura dos direitos humanos: entre os princípios e regras.....	47
6. Resumo do capítulo	49

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS	53
1. Introdução.....	53
2. Idade Antiga	54
2.1. Período Axial.....	54
2.2. Visão Grega.....	55
2.3. Democracia Ateniense	56

2.4.	República Romana.....	57
2.4.1.	Lei das doze tábuas.....	57
2.5.	Influências do Cristianismo	58
3.	Idade Média	58
3.1.	Igreja Católica.....	59
3.2.	Início da concentração do poder no Estado.....	59
3.2.1.	Magna Carta de 1215.....	59
4.	Idade Moderna.....	61
4.1.	Absolutismo	61
4.2.	Iluminismo	62
4.3.	Revolução Gloriosa.....	64
4.3.1.	<i>Petition of Rights</i> de 1628.....	65
4.3.2.	<i>Habeas Corpus Act</i> de 1679.....	65
4.3.3.	<i>Bill of Rights</i> de 1689.....	66
4.4.	Independência Americana	67
4.4.1.	Declaração de Direitos da Virgínia de 1776.....	68
4.4.2.	Constituição dos Estados Unidos da América.....	69
5.	Idade Contemporânea.....	70
5.1.	Revolução Francesa.....	70
5.1.1.	Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.....	71
5.1.2.	Projeto de Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791.....	72
5.2.	Revolução Industrial e Estado Liberal	72
5.3.	Movimentos Socialistas	73
5.4.	Reconhecimento de Direitos Econômicos e Sociais.....	74
5.4.1.	Constituição Mexicana de 1917.....	74
5.4.2.	Constituição Alemã de 1919.....	75
6.	Internacionalização da Proteção de Direitos.....	76
6.1.	Direito Humanitário	76
6.2.	Movimentos Contra a Escravidão	77
6.3.	Liga das Nações Unidas	78
6.4.	Organização Internacional do Trabalho.....	79
7.	Proteção Internacional dos Direitos Humanos.....	79
7.1.	Organização das Nações Unidas	82
7.2.	Tribunal de Nuremberg.....	83
7.3.	Proteção Regional de Direitos Humanos.....	83
7.4.	Direitos humanos durante a Guerra Fria.....	84
7.5.	Conferência Mundial de Direitos Humanos.....	84
7.6.	Declaração do Milênio das Nações Unidas	85
7.6.1.	Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável	86
7.7.	Guerra Contra o Terrorismo	87

8.	Sistematização dos principais documentos de direitos humanos.....	89
9.	Resumo do Capítulo.....	91

CAPÍTULO III

FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DOS DIREITOS HUMANOS E TEORIAS CRÍTICAS..... 97

1.	Introdução.....	97
2.	Construção teórica do conceito de ser humano	97
2.1.	Primeira Fase: a lei escrita e não escrita.....	98
2.2.	Segunda Fase: contribuição de Boécio.....	99
2.3.	Terceira Fase: filosofia kantiana.....	99
2.4.	Quarta Fase: liberdade e valores.....	100
2.5.	Quinta Fase: existencialismo	101
3.	Fundamentos Filosóficos dos Direitos Humanos	101
3.1.	Jusnaturalismo.....	102
3.2.	Positivismo Jurídico.....	103
3.3.	Fundamento Negacionista.....	104
3.4.	Dignidade da Pessoa Humana.....	105
4.	Teorias Críticas dos Direitos Humanos	106
4.1.	Hermenêutica da Suspeita.....	107
4.2.	Crítica Marxista.....	109
4.3.	Crítica Biopolítica.....	110
4.4.	Crítica Descolonial	112
5.	Resumo do capítulo	113

CAPÍTULO IV

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS..... 117

1.	Definição, titularidade e abrangência dos direitos humanos.....	117
2.	Classificações possíveis aos direitos humanos	118
2.1.	Teoria do <i>status</i> de Jellinek.....	118
2.2.	Classificação pelas funções.....	120
2.3.	Teoria das gerações dos direitos humanos.....	120
2.4.	Direitos civis e políticos vs. direitos econômicos, sociais e culturais.....	122
3.	Características dos direitos humanos.....	124
3.1.	Historicidade.....	124
3.2.	Universalidade	125
3.2.1.	Universalidade vs. Relativismo Cultural	126
3.2.2.	Multiculturalismo e Hermenêutica Diatópica	127
3.2.3.	Universalismo de Confluência.....	128
3.3.	Inalienabilidade, Irrenunciabilidade e Imprescritibilidade	129
3.4.	Indivisibilidade e Interdependência.....	129

3.5.	Essencialidade.....	130
3.6.	Complementaridade.....	130
3.7.	Relatividade.....	131
4.	Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos.....	131
5.	Interpretação dos direitos humanos.....	132
5.1.	Interpretação conforme os Direitos Humanos.....	132
5.2.	Princípio da Interpretação <i>Pro Homine</i>	133
5.3.	Princípio da Primazia da Norma Mais Favorável.....	133
5.4.	Princípio da Máxima Efetividade.....	133
5.5.	Princípio da Interpretação Autônoma.....	133
5.6.	Princípio da Interpretação Evolutiva.....	134
5.7.	Teoria da Margem de apreciação.....	134
5.8.	Vedação à Interpretação Deturpada.....	134
6.	Principais intérpretes das normas de direitos humanos.....	135
7.	A resolução de conflitos entre direitos humanos.....	135
7.1.	Teoria Interna.....	136
7.2.	Teoria Externa.....	136
7.3.	Princípio da Proporcionalidade.....	137
8.	Restrições e derrogações aos direitos humanos.....	137
8.1.	Restrições Legais: Reserva Legal Simples e Qualificada.....	138
8.2.	Derrogação de Direitos Humanos.....	138
9.	O Brasil e a tutela constitucional dos direitos humanos.....	139
9.1.	Trajetória Constitucional Brasileira.....	139
9.2.	Constituição da República de 1988.....	141
9.2.1.	Princípios fundamentais.....	142
9.2.2.	Expansão dos direitos humanos.....	143
10.	Incorporação de tratados e convenções internacionais.....	144
10.1.	Relação entre Direito Internacional e Interno.....	144
10.1.1.	Dualismo.....	145
10.1.2.	Monismo.....	146
10.1.3.	Monismo internacionalista dialógico.....	147
10.2.	Etapas para Incorporação de Tratados Internacionais.....	148
10.2.1.	Negociações preliminares e assinatura.....	148
10.2.2.	Aprovação parlamentar.....	149
10.2.3.	Ratificação e depósito.....	149
10.2.4.	Promulgação e Publicação.....	150
10.3.	Status Normativo dos Tratados Incorporados ao Ordenamento.....	150
10.3.1.	Paridade normativa.....	151
10.3.2.	Equivalência à emenda constitucional.....	151
10.3.3.	Supralegalidade em direitos humanos.....	152
10.3.4.	Outras hipóteses de supralegalidade.....	153

10.4.	Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	154
10.4.1.	Tese da natureza constitucional	155
10.4.2.	Aplicabilidade imediata.....	157
10.4.3.	Regime Objetivo dos Tratados de Direitos Humanos.....	157
10.4.4.	Denúncia de Tratados Internacionais de Direitos Humanos	158
11.	Incidente de deslocamento de competência.....	160
11.1.	Noções Gerais.....	160
11.2.	Requisitos.....	162
11.3.	Precedentes	163
12.	Controle de convencionalidade	167
12.1.	Controle de Convencionalidade Interno.....	168
12.1.1.	Controle de convencionalidade concentrado.....	168
12.1.2.	Controle de convencionalidade difuso.....	169
12.2.	Controle de Convencionalidade Internacional.....	169
12.2.1.	Controle de convencionalidade compulsório	170
12.3.	Teoria do Duplo Controle.....	170
12.3.1.	Lei de anistia	171
12.4.	Controle de Convencionalidade na Corte Interamericana	172
12.4.1.	Controle de convencionalidade.....	172
12.4.2.	Aferição de convencionalidade.....	174
13.	Resumo do capítulo	176

CAPÍTULO V

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS.....		187
1.	Introdução.....	187
1.1.	Antecedentes Históricos.....	188
1.2.	Fases do Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	188
2.	Vertentes da Proteção Internacional de Direitos Humanos	189
2.1.	Direito Internacional Humanitário.....	190
2.1.1.	Direito de Genebra	191
2.1.2.	Direito de Haia.....	191
2.1.3.	Direito de Nova Iorque	192
2.2.	Direito Internacional dos Refugiados.....	193
2.3.	Direito Internacional dos Direitos Humanos	194
3.	Estrutura dos Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos.....	194
3.1.	Sistema Global e Sistemas Regionais	194
3.2.	Coexistência Entre os Sistemas	195
3.3.	Subsidiariedade dos Sistemas Internacionais.....	196
4.	Mecanismos de proteção aos direitos humanos.....	197
4.1.	Mecanismo Unilateral.....	197
4.2.	Mecanismo Coletivo.....	198

4.3.	Mecanismos Convencionais	198
4.3.1.	Mecanismo convencional não contencioso	199
4.3.2.	Mecanismo convencional quase judicial.....	199
4.3.3.	Mecanismo convencional judicial.....	199
4.4.	Mecanismos Não Convencionais.....	200
5.	Fiscalização do cumprimento das obrigações internacionais	201
5.1.	Órgãos Fiscalizatórios.....	201
5.1.1.	Órgão político.....	201
5.1.2.	Órgão quase judicial	201
5.1.3.	Órgão judicial	201
5.2.	Mecanismos de Fiscalização.....	201
5.2.1.	Relatórios	202
5.2.2.	Comunicações interestatais	202
5.2.3.	Petições individuais	202
5.2.4.	Investigações.....	203
6.	Capacidade internacional dos indivíduos	203
6.1.	Capacidade Ativa.....	204
6.2.	Capacidade Passiva	205
7.	Tribunais internacionais contemporâneos.....	206
7.1.	Corte Internacional de Justiça	206
7.2.	Tribunais Internacionais de Direitos Humanos	207
7.3.	Tribunais Penais Internacionais	208
8.	Direito Internacional Penal	208
8.1.	Responsabilidade Internacional do Indivíduo.....	209
8.2.	Precedentes Históricos do TPI.....	210
8.2.1.	Tribunal de Nuremberg.....	210
8.2.2.	Tribunal da ex-Iugoslávia e Ruanda	211
8.3.	O Tribunal Penal Internacional	212
8.3.1.	Características.....	213
8.3.2.	Crimes de <i>jus cogens</i>	214
8.4.	Proteção penal de direitos humanos	215
8.4.1.	Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos humanos.....	215
8.4.2.	Mandados internacionais de criminalização.....	216
8.4.3.	Tribunais penais internacionais de quarta geração.....	217
8.4.4.	<i>Responsibility to Protect</i> – R2P	218
9.	Responsabilidade internacional do estado e direitos humanos	219
9.1.	Natureza Jurídica	219
9.2.	Elementos da responsabilidade internacional	220
9.2.1.	Fato internacionalmente ilícito.....	220
9.2.2.	Resultado lesivo.....	221
9.2.3.	Nexo causal.....	221

9.3.	Medidas Reparatórias.....	222
9.3.1.	Restituição na íntegra.....	222
9.3.2.	Cessação do ilícito.....	223
9.3.3.	Satisfação.....	223
9.3.4.	Compensação.....	223
9.3.5.	Garantias de não repetição.....	223
9.4.	Sanções Internacionais por Violações de Direitos Humanos.....	224
9.4.1.	Sanções unilaterais.....	224
9.4.2.	Sanções coletivas.....	224
10.	Implementação das decisões internacionais.....	224
10.1.	Obrigatoriedade das Decisões.....	225
10.1.1.	Recomendação.....	225
10.1.2.	Decisão quase judicial.....	225
10.1.3.	Decisão judicial.....	226
10.2.	Execução de Sentenças Internacionais.....	226
10.2.1.	(Des)Necessidade de homologação pelo STJ.....	227
10.3.	<i>Compliance</i> da Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.....	228
11.	Pandemia de COVID-19 e o direito internacional dos direitos humanos.....	229
11.1.	Emergência de Saúde Pública Internacional e Pandemia do COVID-19.....	229
11.2.	Problemas e Desafios de Direitos Humanos e COVID-19 no âmbito das Obrigações Internacionais dos Estados.....	231
11.3.	Pandemia e Direitos Humanos nas Américas.....	232
11.3.1.	Obrigações internacionais dos Estados.....	233
11.3.2.	Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.....	234
11.3.3.	Estado de exceção, restrições às liberdades fundamentais e Estado de Direito.....	235
11.3.4.	Grupos em situação especial de vulnerabilidade.....	236
11.4.	Direitos Humanos das Pessoas com COVID-19.....	236
11.5.	Vacinação contra COVID-19 no marco das obrigações interamericanas de direitos humanos.....	239
12.	Resumo do capítulo.....	241

CAPÍTULO VI

SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS.....	253
1. Aspectos gerais do sistema universal.....	253
2. Organização das Nações Unidas.....	256
2.1. Carta das Nações Unidas.....	256
2.2. Estrutura.....	258
2.2.1. Assembleia Geral.....	258
2.2.2. Conselho de Segurança.....	259
2.2.3. Conselho Econômico e Social.....	260
2.2.4. Conselho de Tutela.....	261

2.2.5.	Corte Internacional de Justiça.....	261
2.2.6.	Secretariado.....	261
2.3.	Sistema Convencional.....	262
2.4.	Sistema Não Convencional.....	263
2.4.1.	Conselho de Direitos Humanos.....	263
2.4.1.1.	Procedimentos Especiais.....	265
2.4.1.2.	Procedimento de Queixa.....	266
2.4.1.3.	Revisão Periódica Universal.....	266
2.4.2.	Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos.....	268
3.	Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	268
4.	Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966.....	274
4.1.	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	275
4.1.1.	Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	280
4.1.2.	Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	280
4.1.3.	Comitê de Direitos Humanos.....	281
4.1.3.1.	Estrutura e Composição.....	281
4.1.3.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	282
4.2.	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	284
4.2.1.	Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	288
4.2.2.	Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	289
4.2.2.1.	Estrutura e Composição.....	289
4.2.2.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	290
5.	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.....	294
5.1.	Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial.....	295
5.1.1.	Estrutura e Composição.....	295
5.1.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	296
6.	Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.....	298
6.1.	Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.....	300
6.2.	Comitê Sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher.....	300
6.2.1.	Estrutura e Composição.....	300
6.2.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	301
7.	Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.....	303
7.1.	Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.....	304
7.2.	Comitê Contra a Tortura.....	305
7.2.1.	Estrutura e Composição.....	305
7.2.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	306
7.2.3.	Subcomitê de Prevenção.....	308

8.	Convenção sobre os Direitos da Criança.....	309
8.1.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.....	311
8.2.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil.....	313
8.3.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Relativo aos Procedimentos de Comunicação.....	314
8.4.	Comitê para os Direitos da Criança.....	315
8.4.1.	Estrutura e Composição.....	315
8.4.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	316
9.	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	319
9.1.	Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência.....	321
9.2.	Comitê Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	322
9.2.1.	Estrutura e Composição.....	322
9.2.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	323
10.	Tratado de Marraqueche.....	324
11.	Corte Internacional de Justiça.....	326
11.1.	Estrutura e Composição.....	326
11.2.	Competência.....	327
11.3.	Processo e julgamento.....	328
11.4.	A Corte e a Proteção de Direitos Humanos.....	329
12.	Conselho de Segurança e a Proteção de Direitos Humanos.....	330
12.1.	Cumprimento das Sanções pelo Brasil (Lei nº 13.810/19).....	332
13.	Resumo do capítulo.....	333

CAPÍTULO VII

SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS..... 347

1.	Aspectos Gerais do Sistema Regional Interamericano.....	347
2.	Organização dos Estados Americanos (OEA).....	349
2.1.	Carta da Organização dos Estados Americanos.....	349
2.2.	Estrutura.....	351
2.2.1.	Assembleia Geral.....	351
2.2.2.	Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores.....	352
2.2.3.	Conselhos.....	352
2.2.4.	Comissão Jurídica Interamericana.....	352
2.2.5.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	352
2.2.6.	Secretaria-Geral.....	353
2.2.7.	Conferências e Organismos Especializados.....	353
2.3.	Sistemas Convencional e Não Convencional.....	353
2.3.1.	Subsistema da Convenção Americana de Direitos Humanos.....	354
2.3.2.	Subsistema da Organização dos Estados Americanos (OEA).....	354

2.3.2.1.	Mecanismo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos	355
2.3.2.2.	Mecanismo da Carta Democrática Interamericana.....	356
3.	Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	357
4.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	358
4.1.	Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais – “Protocolo de São Salvador”.....	375
4.2.	Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Relativo à Abolição da Pena de Morte	379
4.3.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	380
4.3.1.	Histórico	380
4.3.2.	Natureza dúplice.....	381
4.3.3.	Organização.....	381
4.3.4.	Funções.....	382
4.3.4.1.	Sessões da Comissão	383
4.3.4.2.	Relatorias e grupos de trabalho.....	384
4.3.5.	Provocação.....	384
4.3.5.1.	Petições individuais.....	385
4.3.5.2.	Comunicações interestatais.....	386
4.3.5.3.	Investigações <i>motu proprio</i>	387
4.3.6.	Processo perante a Comissão.....	387
4.3.6.1.	Legitimidade.....	387
4.3.6.2.	Condições de admissibilidade.....	388
4.3.6.3.	Procedimento de admissibilidade.....	390
4.3.6.4.	Procedimento sobre o mérito.....	391
4.3.6.5.	Primeiro informe	392
4.3.6.6.	Segundo informe	392
4.3.6.7.	Acompanhamento	393
4.3.7.	Medidas Cautelares	393
4.3.8.	Observações <i>in loco</i>	394
4.3.9.	Relatórios da Comissão.....	394
4.4.	Corte Interamericana de Direitos Humanos	395
4.4.1.	Histórico	395
4.4.2.	Organização.....	395
4.4.2.1.	Juiz <i>ad hoc</i>	396
4.4.3.	Funções.....	397
4.4.3.1.	Cláusula facultativa de jurisdição obrigatória	397
4.4.3.2.	Funcionamento da Corte	398
4.4.3.3.	Provocação	398
4.4.4.	Jurisdição da Corte	398

4.4.4.1.	Jurisdição consultiva	399
4.4.4.2.	Jurisdição contenciosa.....	400
4.4.5.	Processo perante a Corte.....	401
4.4.5.1.	Legitimidade.....	401
4.4.5.2.	Defensor interamericano.....	402
4.4.5.3.	Petição inicial.....	402
4.4.5.4.	Contestação do Estado.....	402
4.4.5.5.	Exceções preliminares	403
4.4.5.6.	<i>Amicus curiae</i>	403
4.4.5.7.	Procedimento oral e procedimento final escrito.....	404
4.4.5.8.	Desistência, reconhecimento e solução amistosa.....	404
4.4.5.9.	Sentença.....	405
4.4.6.	Medidas Provisórias.....	405
4.4.7.	A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	406
4.4.7.1.	Pedido de interpretação.....	407
4.4.7.2.	Supervisão de cumprimento.....	407
4.4.7.3.	Exigibilidade interna e execução	407
5.	Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura	408
6.	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra Mulher	409
7.	Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas	410
8.	Convenção Interamericana sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência.....	411
9.	Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.....	411
10.	Resumo do capítulo	413

CAPÍTULO VIII

OUTROS SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO..... 421

1.	Introdução.....	421
2.	Sistema Regional Europeu de Direitos Humanos	421
2.1.	Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	421
3.	Sistema Regional Africano de Direitos Humanos.....	424
3.1.	Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos.....	425
4.	Resumo do capítulo	426

CAPÍTULO IX

JURISPRUDÊNCIA DE TRIBUNAIS E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS 429

1.	Introdução	430
2.	Sistema Universal de Proteção aos Direitos Humanos	430

2.1.	Corte Internacional de Justiça	430
2.1.1.	Caso LaGrand (Alemanha vs. Estados Unidos)	431
2.1.2.	Caso Hissène Habré (Bélgica vs. Senegal)	431
2.2.	Tribunal Penal Internacional	432
2.2.1.	Caso Procurador do TPI vs. Thomas Lubanga Dyilo	432
2.3.	Comitê de Direitos Humanos	432
2.3.1.	Caso Sonia Yaker vs. França	432
2.3.2.	Caso Andrei Strizhak vs. Belarus	434
2.3.3.	Caso Denatar Durdyev vs. Turcomenistão	435
2.3.4.	Caso Mohamed Rabbae e outros vs. Holanda	435
2.3.5.	Caso Lula vs. Brasil (medida cautelar)	436
2.4.	Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas (Comitê CEDAW)	437
2.4.1.	Caso Alyne da Silva Pimentel Teixeira vs. Brasil	437
3.	Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos	438
3.1.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	438
3.1.1.	Caso Lezmond C. Mitchell vs. Estados Unidos da América	438
3.2.	O Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos	440
3.2.1.	Caso José Pereira vs. Brasil	440
3.2.2.	Caso dos Meninos Emascarados do Maranhão vs. Brasil	440
3.2.3.	Caso Carandiru vs. Brasil	441
3.2.4.	Caso Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil	442
3.2.5.	Caso Simone André Diniz vs. Brasil	444
3.2.6.	Caso Margarida Maria Alves e familiares vs. Brasil	445
3.2.7.	Caso Márcio Lapoente da Silveira vs. Brasil	446
3.2.8.	Caso Fazenda Ubá vs. Brasil	446
3.3.	Corte Interamericana de Direitos Humanos	447
3.3.1.	Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras	447
3.3.2.	Caso Loayza Tamayo vs. Peru	448
3.3.3.	Caso Blake vs. Guatemala	450
3.3.4.	Caso “Meninos de Rua” (Villagrán Morales e outros) vs. Guatemala	451
3.3.5.	Caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala	452
3.3.6.	Caso “A Última Tentação de Cristo” (Olmedo Bustos e outros) vs. Chile	454
3.3.7.	Caso Barrios Altos vs. Peru	454
3.3.8.	Caso Tibi vs. Equador	455
3.3.9.	Caso Fermín Ramírez vs. Guatemala	456
3.3.10.	Caso Palamara Iribarne vs. Chile	457
3.3.11.	Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile	458
3.3.12.	Caso González e Outras (“Campo Algodonero”) vs. México	460
3.3.13.	Caso Barreto Leiva vs. Venezuela	461
3.3.14.	Caso Vélez Lóor vs. Panamá	462

3.3.15.	Caso Atala Riffo e crianças vs. Chile	463
3.3.16.	Caso Furlán e familiares vs. Argentina.....	464
3.3.17.	Caso Mohamed vs. Argentina.....	465
3.3.18.	Caso Artavia Murillo e outros ("Fecundação <i>in vitro</i> ") vs. Costa Rica	466
3.3.19.	Caso Fontevecchia e outro vs. Argentina.....	467
3.3.20.	Caso Bayarri vs. Argentina	469
3.3.21.	Caso Ruano Torres vs. El Salvador.....	470
3.3.22.	Caso Cabrera Garcia e Montiel Flores vs. México.....	471
3.3.23.	Caso Família Pacheco Tineo vs. Bolívia	473
3.3.24.	Caso Lagos del Campo vs. Peru.....	474
3.3.25.	Caso Poblete Vilches e outros vs. Chile	476
3.3.26.	Caso Luis Fernando Guevara Díaz vs Costa Rica.....	478
3.4.	O Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos	479
3.4.1.	Caso Ximenes Lopes vs. Brasil.....	479
3.4.2.	Caso Nogueira de Carvalho e outros vs. Brasil	481
3.4.3.	Caso Escher e outros vs. Brasil.....	482
3.4.4.	Caso Garibaldi vs. Brasil.....	484
3.4.5.	Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil.....	485
3.4.6.	Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil	488
3.4.7.	Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil.....	491
3.4.8.	Caso Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil	493
3.4.9.	Caso Herzog e outros vs. Brasil.....	495
3.4.10.	Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil.....	498
3.4.11.	Caso Barbosa de Souza e outros vs. Brasil	501
3.4.12.	Caso Sales Pimenta vs. Brasil	503
3.4.13.	Caso Tavares Pereira e outros vs. Brasil	504
3.4.14.	Caso Honorato e outros ("Castelinho") vs. Brasil.....	506
3.4.15.	Caso Leite de Souza e outros vs. Brasil.....	510
3.4.16.	Caso dos Santos Nascimento e outra vs. Brasil.....	512
3.4.17.	Caso Muniz da Silva e outros vs. Brasil.....	515
3.4.18.	Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil	517
3.4.19.	Caso da Silva e outros vs. Brasil.....	521
3.4.20.	Medidas Provisórias proferidas em face do Brasil	523
3.4.20.1.	Caso da Penitenciária de Urso Branco.....	523
3.4.20.2.	Caso do Complexo do Tatuapé da FEBEM.....	524
3.4.20.3.	Caso da Penitenciária de Araraquara.....	524
3.4.20.4.	Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia").....	525
3.4.20.5.	Caso Unidade de Internação Socioeducativa.....	525
3.4.20.6.	Caso Complexo Penitenciário de Curado.....	526
3.4.20.7.	Caso Complexo Penitenciário de Pedrinhas.....	527

3.4.20.8.	Caso do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho	527
3.4.20.9.	Caso dos Membros dos Povos Indígenas Yanomami, Ye'Kwana e Munduruku	529
3.4.20.10.	Assunto da Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS)	531
3.4.20.11.	Assunto Pessoas Privadas de Liberdade na Penitenciária Evaristo de Moraes a respeito do Brasil	531
3.4.21.	Casos em curso em face do Brasil	532
3.4.21.1.	Caso Neusa dos Santos Nascimento e outros vs. Brasil	532
3.4.22.2.	Caso Muniz da Silva vs. Brasil.....	533
3.4.22.3.	Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil	533
3.4.22.4.	Caso Leite de Souza e outros vs. Brasil.....	534
3.4.22.5.	Caso Collen Leite e outros vs. Brasil	535
3.4.22.6.	Caso Manoel Luiz da Silva e outros vs. Brasil	535
3.4.22.7.	Caso Hernández Norambuena vs. Brasil.....	536
3.4.22.8.	Caso Max Clay Mendes e outros vs. Brasil	536
3.4.22.9.	Caso Luiza Melinho vs. Brasil.....	537
3.4.22.10.	Caso Clínica Pediátrica da Região dos Lagos	538
3.5.	Opiniões Consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	539
3.5.1.	OC-1/82. "Outros tratados" e objeto da função consultiva da Corte	539
3.5.2.	OC-2/82. Efeito sobre a entrada em vigência da Convenção.....	540
3.5.3.	OC-3/83. Restrições à pena de morte.....	540
3.5.4.	OC-4/84. Proposta de modificação da Constituição da Costa Rica relacionada com a naturalização	540
3.5.5.	OC-5/85. O registro obrigatório de jornalistas	541
3.5.6.	OC-6/86. A expressão "Leis" no artigo 30 da Convenção Americana	541
3.5.7.	OC-7/86. Exigibilidade do direito de retificação ou resposta	542
3.5.8.	OC-8/87. O <i>habeas corpus</i> sob a suspensão de garantias.....	542
3.5.9.	OC-9/87. Garantias judiciais no estágio de emergência.....	543
3.5.10.	OC-10/89. Interpretação da Declaração Americana de Direitos Humanos no marco do artigo 64 da Convenção Americana.....	543
3.5.11.	OC-11/90. Exceções ao esgotamento dos recursos internos	544
3.5.12.	OC-12/91. Compatibilidade de um projeto de lei com o artigo 8.2.h da Convenção Americana	544
3.5.13.	OC-13/93. Certas atribuições da CIDH.....	545
3.5.14.	OC-14/94. Responsabilidade internacional por expedição e aplicação de leis violadoras da Convenção.....	545
3.5.15.	OC-15/97. Relatórios da CIDH	546
3.5.16.	OC-16/99. O direito de informação sobre a assistência consular no marco das garantias do devido processo legal.....	546
3.5.17.	OC-17/02. Condição jurídica e direitos humanos das crianças.....	547
3.5.18.	OC-18/03. Condição jurídica e direitos dos migrantes sem documentação.....	549

3.5.19.	OC-19/05. Controle de legalidade e exercício das atribuições da CIDH.....	550
3.5.20.	OC-20/09. Artigo 55 da Convenção Americana de Direitos Humanos.....	551
3.5.21.	OC-21/14. Direitos e garantias das crianças no contexto de migração e necessidade de proteção internacional	551
3.5.22.	OC-22/16. Titularidade de direitos das pessoas jurídicas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	553
3.5.23.	OC-23/17. Meio ambiente e direitos humanos	554
3.5.24.	OC-24/17. Identidade de gênero, igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo. Obrigações estatais em relação à mudança do nome, da identidade de gênero e dos direitos derivado de um vínculo entre casais do mesmo sexo... ..	555
3.5.25.	OC-25/18. O instituto do asilo e seu reconhecimento como direito humano no Sistema Interamericano de Proteção.....	557
3.5.26.	OC-26/2020. A denúncia da Convenção Americana de Direitos Humanos e da Carta da OEA e seus efeitos sobre as obrigações estatais em matérias de direitos humanos	558
3.5.27.	OC-27/2021. Direito à liberdade sindical, negociação coletiva e greve, e sua relação com outros direitos, com a perspectiva de gênero	560
3.5.28.	OC-28/2021. A figura da reeleição presidencial indefinida em sistemas presidenciais no contexto do sistema interamericano de direitos humanos	561
3.5.29.	OC-29/2022. Enfoques diferenciados em matéria de pessoas privadas de liberdade.....	562
4.	Sistema Regional Africano de Proteção aos Direitos Humanos.....	563
4.1.	Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos	563
4.1.1.	Caso Ally Rajabu e outros vs. República Unida da Tanzânia.....	564
4.1.2.	Caso Alfred Agbesi Woyome vs. República do Gana.....	564
5.	Sistema Regional Europeu de Proteção aos Direitos Humanos	565
5.1.	Corte Europeia de Direitos Humanos	565
5.1.1.	Caso Fernandes de Oliveira vs. Portugal	565
5.1.2.	Caso Rooman vs. Bélgica	566
6.	Resumo do capítulo	567

CAPÍTULO X

A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL..... 577

1.	Introdução.....	577
2.	Política Nacional de Direitos Humanos.....	577
2.1.	Primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH 1 e 2).....	578
2.2.	Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).....	578
2.3.	Programas Estaduais de Direitos Humanos.....	579
3.	Atividade da Polícia na Promoção e Proteção aos Direitos Humanos.....	579
3.1.	Segurança pública e direitos humanos	579
3.2.	Resolução nº 43/173 da ONU.....	580
3.3.	Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei.....	581
3.4.	Regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento dos presos.....	581

3.5.	A Polícia Judiciária e os direitos humanos.....	582
3.5.1.	Aferição de convencionalidade pelo delegado de polícia.....	583
4.	Ministério Público e a Promoção e Proteção aos Direitos Humanos.....	584
4.1.	Estrutura constitucional do Ministério Público brasileiro.....	584
4.2.	Promoção dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.....	585
4.3.	A fiscalização externa da atividade policial.....	586
4.3.1.	Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007.....	587
4.4.	Ministério Público Estadual e a tutela dos direitos humanos.....	587
4.5.	Ministério Público Federal e a tutela dos direitos humanos.....	588
4.5.1.	Procuradoria Federal e Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão.....	588
5.	Defensoria Pública e a Promoção e Proteção aos Direitos Humanos.....	589
5.1.	Estrutura constitucional da Defensoria Pública brasileira.....	589
5.2.	Acesso à justiça e as “100 regras de Brasília”.....	590
5.3.	Diretrizes da OEA para as Defensorias Públicas.....	591
5.3.1.	Resolução nº 2.656/2011 da OEA.....	592
5.3.2.	Resolução nº 2.887/2016 da OEA.....	592
5.4.	Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF).....	592
5.5.	Defensor Público Interamericano (DPI).....	593
5.5.1.	Formação do corpo de Defensores Públicos Interamericanos.....	593
5.5.2.	DPI na Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	594
5.5.3.	DPI na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	594
5.5.4.	Designação do DPI.....	595
5.6.	Representação perante o Sistema Interamericano de Proteção.....	595
5.6.1.	Legitimidade para representação.....	595
5.6.2.	Assistência jurídica internacional em direitos humanos.....	596
5.7.	Defensoria Pública Estadual e a tutela dos direitos humanos.....	597
5.8.	Defensoria Pública da União e a tutela dos direitos humanos.....	597
5.8.1.	Defensor Nacional e Defensores Regionais de Direitos Humanos.....	598
6.	A Advocacia e a Promoção e Proteção aos Direitos Humanos.....	599
6.1.	Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB.....	599
6.2.	Princípios Básicos Relativos à Função dos Advogados.....	599
7.	O Poder Judiciário na Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.....	600
7.1.	Ativismo judicial e direitos humanos.....	601
7.2.	Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário.....	601
7.3.	Resolução nº 364/2021 do CNJ.....	602
7.4.	Resolução nº 425/2021 do CNJ.....	603
7.5.	Recomendação 123/2022 do CNJ.....	604
7.6.	Resolução nº 440/2022 do CNJ.....	604
7.7.	Resolução nº 487/2023 do CNJ.....	605
7.8.	Resolução nº 492/2023 do CNJ.....	605
7.9.	Resolução nº 512/2023 do CNJ.....	606

7.10. Resolução nº 512/2023 do CNJ	606
7.11. Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos	607
8. Conselho de Direitos Humanos	607
9. Comissão Nacional da Verdade	609
10. Instituição Nacional de Direitos Humanos e os Princípios de Paris	610
11. Resumo do capítulo	611

CAPÍTULO XI

DIREITOS HUMANOS EM ESPÉCIE.....	615
1. Introdução.....	615
2. Direito à vida	616
2.1. Aspectos gerais	616
2.2. Discussões envolvendo o direito à vida	618
3. Direito à liberdade	621
3.1. Liberdade de manifestação do pensamento	621
3.2. Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação ..	621
3.3. Liberdade de informação	621
3.4. Liberdade de religião	622
3.5. Liberdade de associação e de reunião.....	623
3.6. Liberdade de trabalho.....	624
3.7. Liberdade de locomoção e de residência.....	625
4. Direito à igualdade	625
4.1. Igualdade e universalidade de direitos	625
4.2. Dimensões da igualdade	626
4.3. Igualdade e ações afirmativas.....	626
5. Princípio da Legalidade e Direito à Segurança Jurídica	626
6. Direito à propriedade.....	628
6.1. Função social	629
7. Direito à propriedade intelectual.....	630
8. Direito à privacidade	630
9. Direito à educação e à cultura.....	632
10. Direito à saúde.....	632
11. Direito do consumidor.....	633
12. Direito de acesso à justiça	633
12.1. Conceito	633
12.2. Assistência jurídica integral e gratuita.....	634
12.3. Defensoria Pública	634
13. Juiz natural e promotor natural	634
14. Direitos Humanos no Direito Penal e Processual Penal	635

14.1.	Reserva legal e anterioridade penal	635
14.2.	Mandados de criminalização	635
14.3.	Crimes com tratamento constitucional	635
14.4.	Aplicação da pena	636
14.5.	Presunção de Inocência	638
14.6.	Identificação Criminal	639
14.7.	Ação Penal Privada Subsidiária da Pública	640
15.	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa	640
16.	Provas ilícitas	641
17.	Prisão civil	641
18.	Garantias fundamentais	642
18.1.	<i>Habeas corpus</i>	642
18.2.	Mandado de segurança individual e coletivo	643
18.3.	Mandado de injunção individual e coletivo	645
18.4.	<i>Habeas data</i>	648
18.5.	Ação popular	648
18.6.	Direito de petição	649
18.7.	Ação civil pública	650
19.	Resumo do capítulo	650
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		655